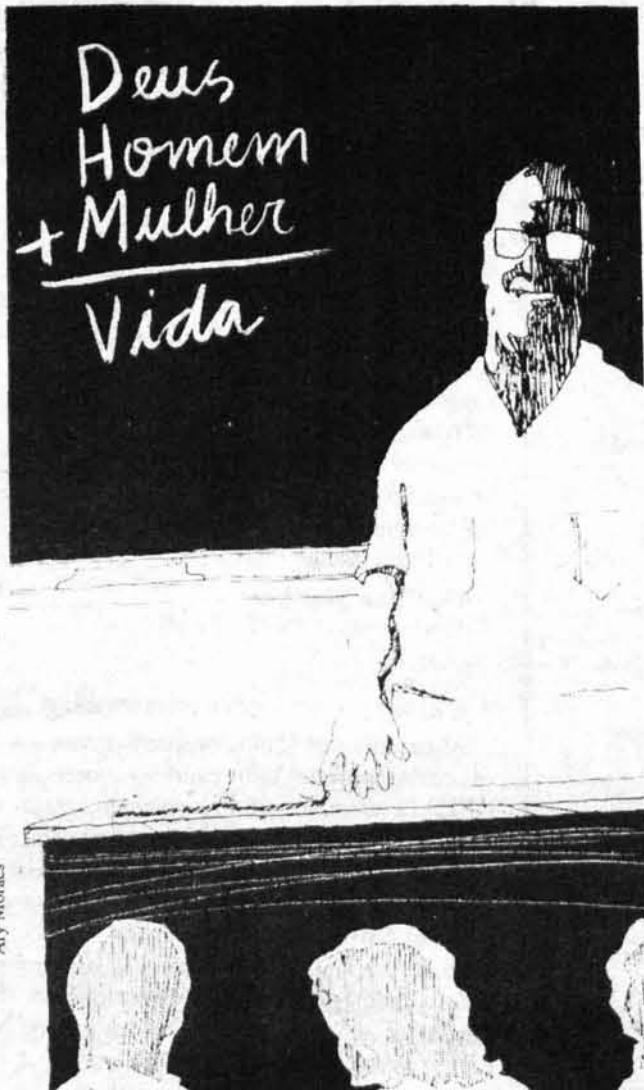


ANO VI ■ MARÇO/ABRIL DE 1996 ■ N° 31



Ary Moraes

ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS: UM PAINEL ECUMÊNICO

Vários episódios recentes têm trazido novamente à tona a discussão sobre a necessidade e a importância do Ensino Religioso nas escolas públicas. Enquanto uns argumentam que escola não é igreja, outros defendem que a dimensão religiosa é fundamental no ser humano. CONTEXTO PASTORAL entra no debate e traz uma análise sobre o tema, com depoimentos e relato de experiências que já se realizam neste campo. Páginas 5 a 9

PARA ALÉM DE ELDORADO DE CARAJÁS

Manifesto de KOINONIA

"Corra, porém, o juízo como as águas, e a justiça como um rio impetuoso."
(Amós 5,24)

As manifestações, cada vez mais claras e dramáticas, do esgarçamento do tecido social brasileiro tornam evidente a necessidade de um projeto político que seja capaz de corresponder, com urgência e profundidade, às exigências mínimas de vida digna para grande parte da população brasileira. Apesar da premência de um plano de estabilização financeira para o país, o atual governo, entretanto, não pode concentrar todos os esforços nesse projeto, confiando que, como consequência natural, a problemática social seja resolvida a longo prazo. Não bastam o combate à inflação e as reformas constitucionais; urge um plano ousado de desenvolvimento, somado à vontade política e à sensibilidade social, para ir ao encontro dos direitos básicos da maioria pobre de nosso povo.

Para socorrer alguns banqueiros incompetentes e desonestos, e grandes fazendeiros e usineiros endividados, o governo toma medidas rápidas. Ao mesmo tempo mostra lentidão e indecisão quando se trata de responder ao justo direito ao trabalho e de existência digna para milhões de pessoas.

A sucessão de graves acontecimentos sociais que têm abalado o país é sinal evidente de uma crise muito mais profunda que atinge toda sociedade. São explosões de sofrimento e de dor que nos envergonham e nos revoltam. Assim Carandiru, Candelária, Vigário Geral, Corumbiara, Caruaru e agora Eldorado de Carajás são manifestações dessa grave crise social que afronta a dignidade de nosso povo. E há tantas outras manifestações

indicativas dessa deterioração da sociedade (desemprego, crianças e famílias de rua, trabalho infantil, narcotráfico, falência da saúde, etc.) que tornam o quadro mais dramático e abrangente.

Não se pode aceitar a miopia daqueles que reduzem esses acontecimentos a uma dimensão local, a um excessivo e condenável uso da força e que não confessam que se trata de frutos de uma sociedade injusta e conflitiva e de um projeto econômico excludente. Se não somos capazes de garantir de forma ampla os direitos fundamentais da pessoa humana, não podemos afirmar que vivemos numa sociedade plenamente democrática.

Os últimos acontecimentos em Eldorado de Carajás revelaram, mais uma vez, a face perversa da nossa sociedade, na qual trabalhadores são tratados como seres descartáveis e a vida é banalizada. Tal situação não permite lentidão e indefinição no trato de questões sociais de tamanha gravidade; no caso especial, é fundamental a implementação de uma verdadeira e corajosa reforma agrária.

Um dos princípios fundantes do movimento ecumênico tem sido o compromisso com a construção de uma sociedade em que a justiça, a paz e a integridade da natureza sejam os alicerces básicos. KOINONIA – Presença Ecumônica e Serviço, como parte integrante desse movimento, manifesta publicamente seu repúdio a mais essa afronta à dignidade da vida do povo brasileiro, e exige do governo medidas mais efetivas e amplas que indiquem, não apenas nos discursos, um projeto político e social que atenda aos direitos e anseios do nosso povo.

Rio, abril de 1996.

Editorial

Por falar em ensino religioso nas escolas...

Não só de discussões acerca da reforma administrativa, da reforma da Previdência e da CPI dos Bancos, as quais têm merecido a atenção de parlamentares e da mídia, tem vivido o Congresso Nacional hoje. Outro tema vem despertando interesse de deputados, senadores e, claro, de lobbies contra ou a favor. Trata-se dos debates em torno do ensino religioso escolar, o qual deve ser inserido (ou não) como disciplina curricular na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

É desnecessário destacar que o assunto tem provocado não poucas polêmicas. De um lado, há os que defendem que a religião é fundamental para a formação das pessoas e para o estabelecimento de relações mais humanizadoras. De outro, os que criticam a iniciativa baseiam-se na tese de que religião deve ser ensinada nas igrejas, nos lares, nos terreiros e nas sinagogas, menos na escola.

Entre argumentos contrários e favoráveis, algumas perguntas se impõem. Que tipo de ensino religioso estaria em jogo: uma história das religiões, uma filosofia da religião, uma prática catequética para engrossar as fileiras da Igreja Católica, hoje religião oficial e ainda majoritária no País, uma abordagem interconfessional e ecumênica? Estariam os alunos motivados para um ensino dessa natureza no espaço da sala de aula? Para os pais, seria interessante que os filhos aprendessem ou elaborassem conceitos a respeito de uma temática que, para alguns, nunca teve tanta relevância? Estariam os professores preparados suficientemente para ministrar sobre um tema sem incorrer em escolhas de determinadas abordagens — normalmente aquelas que eles carregam como seus próprios pressupostos — em prejuízo de outras? O ensino religioso nas escolas não seria um instrumental útil para o autoconhecimento e para o estabelecimento de paradigmas e valores diante da vida e do mundo?

Pensando nessas e em outras indagações, CONTEXTO PASTORAL resolveu participar do debate. A proposta, apresentada nesta edição, é oferecer aos leitores, além de informações objetivas que visam contextualizar a discussão, um grande painel no qual diferentes opiniões e são colocadas lado a lado, com argumentos que estimulem o aprofundamento da temática.

* * *

Com o tema "Vitória da vida sobre a morte", CONTEXTO PASTORAL traz nesta edição o Suplemento DEBATE. A intenção é apresentar uma reflexão sobre a Ressurreição na perspectiva da espiritualidade. A mensagem de esperança que o tema da Páscoa suscita — em termos de uma reconciliação do homem com Deus e com o cosmos, de novas relações sociopolíticas — é a abordagem privilegiada. Boa leitura!



CONTEXTO PASTORAL

Publicação bimestral de
KOINONIA Presença
Ecumônica e Serviço (Rua
Santo Amaro, 129 – 22211-230,
Rio de Janeiro/RJ. Tel.
021-224-6713 e fax
021-221-3016)

Conselho editorial
José Bittencourt Filho
Lúcia Leiga de Oliveira
Tânia Mara Sampaio
Rafael Soares de Oliveira
Emil Schubert

Editor
Paulo Roberto Salles Garcia
(MTb 18.481)

Editores assistentes
Beatriz Araujo Martins
Jether Pereira Ramalho

Editora de arte e diagramadora
Anita Slade

Redator
Carlos Cunha

Secretaria de redação
Beatriz Araujo Martins

Fotolito e impressão
Tipográfica Comunicação
Integrada

Tiragem
10 mil exemplares

Preço do exemplar avulso
R\$ 3,00

Assinatura anual
R\$ 12,00

Assinatura de apoio
R\$ 18,00

Exterior
US\$ 18,00

Os artigos assinados não
refletem necessariamente
a opinião do jornal.

Fique por dentro do CONTEXTO PASTORAL

Um jornal-painel a serviço da pastoral e dos cristãos pela paz e justiça. Reportagens, análises, estudos bíblicos, entrevistas e muito mais para você ficar por dentro do contexto. Uma publicação de KOINONIA Presença Ecumônica e Serviço.

Assinatura anual: R\$ 12,00

Assinatura de apoio: R\$ 18,00

Exterior: US\$ 18,00

Número avulso: R\$ 2,00

Os pedidos de assinatura, acompanhados com cheque nominal para KOINONIA Presença Ecumônica e Serviço, devem ser enviados para: Jornal Contexto Pastoral – Rua Santo Amaro, 129, Glória, 22211-230, Rio de Janeiro/RJ.

CARTAS

Escreva para CONTEXTO PASTORAL — Rua Santo Amaro, 129, Glória, 22211-230, Rio de Janeiro, RJ.

À equipe de redação,

Parabéns pelo trabalho sério de vocês. As reflexões têm sido muito úteis no agir pastoral e serviço dos excluídos. Segue cheque referente à assinatura de apoio.

Abraços!

Antonio Boeing
São Paulo/SP

Prezado editor,

Acabo de receber mais um exemplar deste jornal, CONTEXTO PASTORAL, e sua atualidade, coerência e força pastoral induzem-me a fazer esta assinatura, e a faço com alegria já prevendo bons frutos.

Parabéns pelo trabalho de informação e animação pastoral. Percebe-se que o jornal faz jus ao nome que tem.

Solidariamente em Cristo,
Denilson Mariano
Espera Feliz/MG

Aos redatores de CONTEXTO PASTORAL,

Mais uma vez fomos brindados com excelente material publicado no suplemento DEBATE deste jornal a respeito de Igrejas e Aids. Já está mais que na hora das igrejas abraçarem de corpo e alma essa causa. Isso faz parte do testemunho cristão e dos ensinamentos de Jesus Cristo. No meio de tanta desinformação e discriminação, o suplemento tem sido de grande utilidade para que as pessoas se solidarizem com os doentes de Aids. Parabéns aos articulistas e colaboradores.

Janaína de Souza Oliveira
Fortaleza/CE

Prezados,

Gostaria de saber como está minha assinatura junto ao CONTEXTO PASTORAL. (...) Gostaria de saber para renová-la o mais depressa possível. CONTEXTO PASTORAL é um excelente veículo de informação eclesiástica. Têm sido muito proveitosos os artigos contidos no jornal. É um dos melhores jornais do ramo na atualidade.

Luiz Carlos de Oliveira
Carazinho/PR

Aos editores,

Fazem-nos muito bem todos os artigos que CONTEXTO PASTORAL publica. Especialmente os subsídios litúrgicos para as festas do calendário cristão. Eles nos são muito úteis em nossa comunidade. Parabéns a todos os colaboradores.

José Antônio de Castro Silva
Recife/PE

“O QUE NOS UNE É MAIS IMPORTANTE QUE O QUE NOS SEPARA”

ENTREVISTA COM JOSÉ BIZON
Por Paulo Roberto Salles Garcia

Às vésperas da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, promovida pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), o padre José Bizon, coordenador do Movimento de Fraternidade de Igrejas Cristãs (Mofic), fala sobre a importância da unidade entre os cristãos. E vai mais longe: na sua opinião, é importante avançar no diálogo com outros grupos religiosos, como o afro-brasileiro.

Existe unidade entre os cristãos hoje?

Acredito que sempre existiu e sempre existirá. O ponto fundamental dessa unidade é o próprio Cristo. E o que nos une a Cristo é o batismo. Por ele os cristãos se tornam discípulos e seguidores do Mestre e podem afirmar com convicção as palavras do apóstolo Paulo: “Há um só Senhor, uma só fé e um só batismo” (Efésios 4.4-6). Mas não podemos ser ingênuos e deixar de olhar ao nosso redor e ver que existem divergências: na interpretação da Sagrada Escritura, na compreensão teológica, no modo de expressar a fé, etc... Comparo os cristãos a uma família, onde filhos dos mesmos pais têm comportamento e gosto diferentes; seus amigos também não são os mesmos. Mas, apesar das diferenças, os laços familiares os unem ao redor dos pais e entre eles há respeito, amor, compreensão e solidariedade.

Entretanto, no que se refere à Igreja, não é concebível que nossas divergências dividam tanto os cristãos. Ainda mais, elas nos fazem esquecer que aquilo que nos une é mais importante do que aquilo que nos separa.

No seu modo de ver, quais os principais obstáculos que impedem a unidade?

O fundamentalismo evangélico e o fanatismo religioso são os principais obstáculos para se viver uma vida de acordo com o mandamento de Jesus: “amai-vos uns aos outros como eu vos amei”. Todo exagero aumenta a distância entre os cristãos e impede a realização da unidade tão desejada pelo Mestre: “que todos sejam um...”. O perdão e a humildade são dois elementos essenciais na vida cristã e deveriam estar mais presentes na vida dos batizados. Só assim seremos testemunhas vivas do Ressuscitado.

Falta de humildade ou excesso de etnocentrismo religioso também atrapalham?

Sim, com certeza. Tudo aquilo que é radicalismo na vida das pessoas, dos grupos, das entidades e das igrejas não ajuda o crescimento, o relacionamento e o apoio mútuos. Todo o excesso se torna perigoso, principalmente quando se trata do religioso. O Evangelho é um desafio e, ao mesmo tempo, um convite. Exorta o cristão a uma vida de solidariedade e de amor ao próximo. Por isso, qualquer igreja, grupo, pessoa ou entidade que se coloca como dona absoluta da verdade e se diz portadora exclusiva da salvação está criando dificuldades para a unidade dos cristãos, agindo contra os princípios evangélicos e contra o próprio Cristo.

Quais as tarefas que estão diante dos cristãos para tornar a unidade uma prioridade? O que fazer?

Gostaria de partilhar a experiência do Movimento de Fraternidade de Igrejas Cristãs (Mofic-São Paulo) sobre a Pastoral Urbana. Há um ano o Mofic vem refletindo sobre a problemática das diversas “cidades” que existem dentro de São Paulo. Aos poucos percebeu-se que não é uma realidade a ser enfrentada isoladamente. Mas que, em conjunto, podemos buscar pistas pastorais para a prática das igrejas na construção da cidade visando a diminuição da exclusão social e a melhoria da qualidade de vida.

O Mofic está trabalhando para realizar um projeto: a criação de um centro de documentação e a formação de agentes para a Pastoral Urbana. Como parte deste projeto, estamos organizando, a todo vapor, um Seminário Itinerante pela cidade. Organizar e propor diversas atividades conjuntas com diferentes denominações, superando nossas diferenças e unindo-nos contra tudo aquilo que gera morte para promover e defender a vida, é a obrigação do cristão.

Qual a importância de entidades ecuménicas que pautam seu trabalho na busca de um diálogo fraternal entre as igrejas?

São muitos os grupos ecuménicos em São Paulo. Buscando desenvolver o espírito de fraternidade, o Mofic tomou a iniciativa de promover encontros de entidades ecuménicas. Têm como finalidade a promoção da informação, da

comunicação e do apoio mútuos entre as entidades. Em 95, os Encontros de Entidades Ecuménicas (EEE), foram um marco e um passo na história do movimento ecumênico em São Paulo. A exposição detalhada de identidades, objetivos, trabalhos, sonhos e realizações de cada uma, formou um grande e belíssimo painel, com o específico de cada entidade na área social, religiosa, popular, de formação de novos quadros, etc. Como foi boa essa iniciativa de partilha e troca de experiências, apoio e encorajamento nos trabalhos ecuménicos! Agora, cabe a cada uma garantir a continuidade e o desenvolvimento deste novo caminho.

Com o surgimento de novos movimentos religiosos, cujo exemplo mais marcante são os ligados ao Pentecostalismo Autônomo, como deve ser a postura das demais igrejas cristãs?

Gostaria de responder a esta pergunta com um trecho da introdução do subsídio da Semana de Oração pela Unidade Cristã, que diz: “No decorso do atual milênio manifestaram-se cada vez mais divisões, primeiro entre Ocidente e o Oriente, e mais recentemente dentro do Ocidente. Com a difusão do Cristianismo essas divisões foram estendidas ao mundo inteiro.

“Poderá o novo milênio pôr fim a essas divisões? Em alguns países a Igreja perde fiéis e parece menos capaz de falar às pessoas. Será que as nossas Igrejas aceitam os efeitos das suas diferenças e divisões? Podemos prever uma conversão e uma reconciliação que permitam aos cristãos anunciar o Evangelho e dele ser testemunhas nos seus comportamentos todos juntos, com força e eficácia”?

Creio que todo o cristão, hoje, é desafiado pela crescente secularização, pelo proselitismo e por grupos não-cristãos também. Só nos resta uma pergunta: “Eu me explico; cada um de vós fala assim: Eu sou de Paulo, Eu, de Apolo, Eu, de Cefas. Eu, de Cristo.

Acaso Cristo está dividido?” (1 Coríntios 1.12-13).

E o que dizer com relação a outros grupos, como os afro-brasileiros?

Até aqui tenho falado do diálogo entre os cristãos, o que chamamos ecumenismo, de passos dados e de decisões já tomadas. Mas creio que é preciso caminhar muito mais ainda. Louvemos a Deus pela unidade que já existe entre os cristãos, lembremo-nos do longo caminho que ainda nos resta a percorrer. Quanto à possibilidade de diálogo com grupos afro-brasileiros claro que é possível. Há quatro anos o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), do qual o Mofic é uma representação na cidade de São Paulo, realizou um seminário sobre o diálogo inter-religioso com grupos afro-brasileiros.

O ponto inicial foi marcado. Aqui em São Paulo venho conversando com amigos para formar um grupo dando assim os primeiros passos para tal diálogo e ver o que poderá ser feito. Apesar de dificuldades, existe o desejo e a vontade de caminhar juntos e de realizar projetos para que a Fraternidade e a Justiça entre as pessoas aconteçam.

Como entender hoje o mandamento de Jesus: “Para que todos sejam um”?

Dentro de poucos dias estaremos celebrando a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, cujo tema, este ano, é: “Eis que estou à porta e bato” (Apocalipse 3.20). Essa é, entre muitas, uma das formas de colocar o mandamento de Jesus em prática. Pois, “a oração é a alma do movimento ecumênico”, e “quando os cristãos oram juntos, a meta da unidade fica mais próxima”.

“E só na aceitação mútua do próximo e no consequente respeito mútuo, tornado mais profundo pelo amor, reside o segredo da humanidade finalmente reconciliada”.



Cristãos oram pela unidade

Como acontece todos os anos, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) está promovendo para os dias 19 a 26 de maio a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos. Sob o tema “Eis que estou à porta e bato” (Ap 3,20), a proposta é de que as igrejas reflitam sobre o apelo que Jesus está fazendo “para que abramos a porta a ele”, façam uma autocrítica sobre os valores que por vezes determinam divisão. “Continuaremos a orar em conjunto na esperança de que o Senhor faça com que as nossas igrejas possam descobrir mais claramente como ultrapassar os obstáculos que as separam na atualidade”, destaca o livreto de subsídios litúrgicos para a data.

Na opinião do padre José Bizon, da equipe de coordenação do Movimento de Fraternidade de Igrejas Cristãs (Mofic) e um dos responsáveis pela elaboração do material, “a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos é um tempo muito especial para a Igreja. Somos chamados a orar pela unidade e a testemunhar o nome de Cristo”.

Os interessados em obter o

caderno preparatório com as celebrações alusivas à Semana — que inclui cânticos, textos bíblicos, poesias e orações — devem fazer o pedido ao Conic: SCS Quadra 1, Bloco E, Edifício Ceará, Sala 713, 70303-900, Brasília, DF, fax: (061) 321-4034.

Sinais de um novo Pentecostes

Apesar de inúmeras dificuldades por que passam os países da América Latina e Caribe, é preciso renascer para uma esperança viva. Essa é a principal mensagem da “Carta de Caracas”, documento final da reunião da Junta Diretiva e Secretariado do Conselho Latino-Americano de Igrejas que se realizou de 26 de fevereiro a 1º de março em Caracas (Venezuela).

“Não é fácil renascer quando em nossos países assistimos como perplexos espectadores ao grande espetáculo da corrupção dos partidos, dos governos e de grupos, distorcendo a imagem de cidadania e de convivência a que aspiramos”, assinala a nota. Os participantes da reunião apontaram que “o modelo neoliberal segue comprometendo perigosamente”.

te a precária paz social que se instalou na década passada com a superação dos governos militares e autoritários para frágeis democracias”.

Segundo eles, é necessário que igrejas e organismos “assumam a tarefa de reunir, consolar e sarar”: “é preciso contribuir para sermos facilitadores e construtores de espaços de negociação na busca de uma paz duradoura, que restitua tanta dignidade negada, tanta esperança escravizada, tanta vida reprimida”. E a documento conclui: “trata-se de (as igrejas) serem sinais de um novo Pentecostes impulsionadas pelo Espírito, a novas forma de vida, trabalho e serviço aos nossos povos”.

Presidente do CLAI repudia embargo econômico à Cuba

Em carta dirigida aos presidentes de Cuba, Fidel Castro, e dos Estados Unidos, William Clinton, o presidente do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), Walter Altmann, voltou a criticar o embargo econômico “que por mais de trinta anos as sucessivas administrações estadunidenses têm mantido contra Cuba”. Segundo ele, “o embargo lesa o direito de um povo à vida, e porque a utilização, já por décadas, desse mecanismo de pressão econômica para fins políticos não apenas tem representado um desconhecimento flagrante do direito à autodeterminação dos povos, mas também têm imposto à população cubana sacrifícios moralmente inaceitáveis”.

A crítica de Altmann deve-se ao incidente ocorrido quando dois aviões de pequeno porte da organização norte-americana Irmãos para o Resgate foram derrubados por caças da Força Aérea Cubana. O teólogo não poupa críticas ao presidente norte-americano pela aprovação da Lei Helms-Burton, que estipula sanções contra países, empresas e indivíduos que venham a negociar ou fazer investimentos em Cuba e que nega o visto de entrada aos Estados Unidos a empresários com empreendimentos na Ilha. “Cremos que a colocação em vigor da lei não

Notas

DOSSIÊS

Biblioteca de KOINONIA

A biblioteca de KOINONIA coloca à disposição cinco dossiês de material jornalístico relativos à recente exposição da Igreja Universal na grande imprensa brasileira, e um sobre o incidente ocorrido na Fábrica da Esperança.

■ Imprensa *imprensa* a Igreja Universal: Minissérie “Decadência”, Agressão à Santa e Vídeo Secreto. 178 páginas.

Compilação das principais reportagens e análises publicadas no período de agosto de 1995 à março de 1996. Inclui bibliografia sobre a Igreja Universal. Fontes: Folha de São Paulo, Folha Universal, Jornal do Brasil, Jornal O Público (Lisboa-Portugal), O Dia, O Estado de São Paulo, O Globo, Revista IstoÉ, Revista Veja.

■ Da Realidade à Ficção: A Igreja Universal e a minissérie “Decadência”. 57 páginas.

Notícias publicadas entre julho de 1995 a janeiro de 1996 referentes aos fatos relacionados à exibição da minissérie Decadência pela Rede Globo de televisão. Fontes: Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Dia, O Estado de São Paulo, O Globo, O Povo do Rio, Revista Veja.

■ Erro Universal: A agressão do bispo da Igreja Universal à Santa Padroeira do Brasil. 198 páginas.

Notícias publicadas entre outubro e novembro de 1995 retratando a situação de “guerra santa” vivenciada após o episódio do “chute na santa”. Fontes: Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Dia, O Estado de São Paulo, O Globo, O Povo do Rio, Revista Veja.

apenas reforça o embargo, mas também lesa gravemente a qualidade de vida em Cuba”, frisou.

‘É dando que se recebe’

A máxima franciscana “é dando que se recebe”, incorporada ao jargão político brasileiro e que consiste na troca de favores entre parlamentares e governo para aprovar leis ou reformas, entrou em cena mais uma vez no Congresso Nacional. Dessa vez estavam na pauta a CPI dos bancos, que iria fiscalizar as contas das instituições financeiras, e a reforma da Previdência. Numa manobra do presidente Fernando

Iha de São Paulo, Jornal do Brasil, Jornal do Comércio, O Dia, O Estado de São Paulo, O Fluminense, O Globo, Revista IstoÉ, Revista Tempo e Presença.

■ Cova dos Leões: O escândalo do “vídeo secreto” da Igreja Universal. 154 páginas.

Notícias publicadas entre dezembro de 1995 a março de 1996 relacionadas à divulgação de fitas de vídeo gravadas por um ex-líder da Igreja Universal e toda a reação de órgãos públicos. Fontes: Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Dia, O Estado de São Paulo, O Globo, O Povo do Rio, Revista IstoÉ, Revista Veja.

■ Papel para dar e vender: Notícias na Imprensa sobre a Igreja Universal publicadas em 1995. 178 páginas.

Notícias dispersas — publicadas entre abril de 1995 a março de 1996 — sobre a Igreja Universal e o neopentecostalismo, não diretamente relacionadas aos três episódios abordados nos outros dossiês. Fontes: Diário de Pernambuco, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Dia, O Estado de São Paulo, O Globo, O Povo do Rio, Revista Veja.

■ Esperança x Cocaína: O Caso Policial “Fábrica de Esperança”. 72 páginas.

Fontes: Cadernos do Terceiro Mundo, Folha de São Paulo, Folha Universal, Jornal do Brasil, O Dia, O Estado de São Paulo, O Globo, Tribuna da Imprensa, Revista Vidente.

Henrique Cardoso, a CPI caiu, mesmo depois de instalada, e a reforma previdenciária, a princípio rejeitada, foi aprovada em primeira votação. A vitória do governo foi garantida graças a favores e benesses oferecidos ou prometidos a parlamentares que mudaram de posição na segunda votação. Além do prefeito Paulo Maluf, presidente do PPB, que teve uma dívida de mais de R\$ 3 bilhões com o governo renegociada por ter mobilizado a bancada do partido para fechar com a proposta governista, o senador Iris Resende (PMDB) teve papel fundamental para a derrubada da proposta da CPI dos bancos e por isso ganhou de presente um cargo no qual nomeou um afilhado. (FSP)



ELEIÇÕES E IGREJAS

Eleições começam a mobilizar evangélicos

Os evangélicos, donos de uma bancada de seis senadores e 33 deputados no Congresso Nacional, vão investir pesado nas eleições este ano. Apesar de interessados em cargos legislativos, eles devem se empenhar também pela eleição de prefeitos. Em São Paulo, o debate gira em torno do nome do virtual candidato à prefeitura pelo PDT, Francisco Rossi, que em 1994 disputou o segundo turno para o governo do estado.

Rossi conta com a simpatia dos membros das principais denominações evangélicas, mas está brigando com a Igreja Universal do Reino de Deus, que lhe negou apoio. “Rossi é um farsante que se passa por evangélico para ganhar votos”, afirmou o depu-

tado federal Wagner Salustiano (PPB-SP), coordenador político da Universal que, segundo ele, ainda não se pronunciou por nenhum candidato.

Francisco Rossi não quer polêmica com a igreja do bispo Edir Macedo, mas responde ao ataque. “O deputado Wagner Salustiano é um servil dos pastores e eu não dou a mínima para gente sectária”, reagiu o candidato ao saber que a Universal não vai apoiá-lo. Essa posição, acusa, se explica pelo fato de ele não ter aceito as condições exigidas para uma aliança eleitoral. “O bispo Carlos Rodrigues, que era o coordenador político da igreja, pediu duas secretarias estaduais em troca de apoio”, denunciou Rossi.

Ensino religioso no Brasil hoje

Anísia de Paulo Figueiredo

Volta à tona a questão da regulamentação do Ensino Religioso (ER) como elemento normal do sistema escolar brasileiro. Os debates são polêmicos e ocupam boa parte da discussão no Congresso Nacional, envolvendo parlamentares, autoridades religiosas, grupos de interesse e entidades religiosas ou setores a estas relacionados. Simultaneamente, atuam grupos contrários à inclusão ou permanência desse ensino em escolas da rede oficial. Mantêm as mesmas justificativas dos anos de 1920, 1930 e 1950, baseadas nos princípios de separação entre Igreja e Estado.

As discussões estão reaquecidas em São Paulo, único estado brasileiro a mantê-lo, até o momento, "sem ônus para os cofres públicos" (Lei 4024/61). Da parte das igrejas percebem-se algumas tendências em conceber o ER como oportunidade de diálogo entre educandos de diferentes denominações religiosas, evitando-se o proselitismo, em que a interconfessionalidade e a interdisciplinaridade propiciem a vivência dos valores comuns aos que optarem por tal ensino na Escola.

Porém, ao se referir ao conteúdo, são retomados aspectos da prática anterior que privilegiava a confessionalidade. Por outro lado, em nenhum momento é apontada a possibilidade da existência de alunos cujas famílias optaram por uma educação ateísta ou agnóstica, com direito a permanecerem em sala de aula durante as atividades de ER sem ser excluídos ou discriminados.

Portanto, dois setores distintos exercem grande influência na regulamentação do ER no Brasil. São portadores de concepções ideológicas opostas, motivo pelo qual se apropriam do discurso que as reproduz em linguagem diferenciada ao tratar do mesmo objeto. Este, por sua vez, é concebido e identificado sob duas óticas que partem de princípios antagônicos. De um lado, um grupo admite o ER na escola da rede oficial como elemento integrante do sistema e cabe ao Estado assegurá-lo devidamente. Reconhece nisso um direito do cidadão ao tipo de educação que lhe convém, incluindo o ER regido pelo princípio da liberdade religiosa. Do outro, um grupo reivindica a exclusão desse ensino do currículo das escolas da rede oficial, por considerar o fato uma forma de salvaguardar ao cidadão o direito à liberdade religiosa.

Apesar da legislação não ser o único caminho para resolver os grandes problemas do país, uma vez passando pelo crivo de tendências autenticamente democráticas, pode ser o sinal que aponta caminhos por onde transitar uma sociedade na concretização dos ideais de humanização, o que implica também na

busca do significado mais profundo para a vida. Aqui entra o papel do ER.

Ao tratarmos de diretrizes e bases em educação, nos referimos a um estatuto construído pela própria sociedade a partir de valores concebidos para promover a plena realização do ser humano. Esta tem a escola como mediação, um veículo de sistematização do saber, que pressupõe, antes, o ser. Ora, uma lei coerente com os princípios que regem os níveis de aspiração mais profundos de um povo figura como sinal orientador do processo para uma educação de qualidade. Nessa educação os cidadãos têm a escola como administradora de seus bens culturais.

Avanços e perspectivas

Passados quinhentos anos de história de ER no Brasil (ver box), ele pode ser considerado hoje um elemento significativo no quadro da identidade nacional. Muito se tem feito para a melhoria da qualidade do ER, na tentativa de que seja assumido como elemento normal do sistema escolar. Em diversas regiões do país, além de cursos intensivos, seminários, encontros de atualização, já se efetivam cursos de pós-graduação em ER nas universidades católicas, de outras confissões e até mesmo em universidades públicas oficiais.

Os novos programas de ER contemplam conteúdos de maior interesse dos educandos, favoráveis a uma prática de integração das disciplinas do currículo,

princípios ao trabalho conjunto, envolvendo os diferentes concepções religiosas, resultantes de maior participação dos setores envolvidos no processo educacional como um todo. Assim, a prática da interconfessionalidade está presente na maioria das escolas da rede pública oficial de todo o país, apesar das inúmeras dificuldades de ordem administrativa e pedagógica.

A compreensão do papel do ER na Escola e o reconhecimento da necessidade de se usar uma linguagem adequada ao ambiente escolar incluem a adoção de uma metodologia própria. Nota-se um avanço na superação quase total dos conflitos em termos de uma prática metodológica coerente com os princípios da liberdade religiosa.

Os Encontros Nacionais de Coordenadores Estaduais de ER, promovidos por entidades religiosas, têm constituído momentos de reflexão sobre questões fundamentais, como: busca de uma metodologia adequada; definição de conteúdos para a elaboração de programas atualizados; e definição da identidade do ER nas escolas da rede pública. Em setembro passado, foi instalado em Florianópolis o Fórum Permanente de Ensino Religioso, e a primeira sessão aconteceu em março, em Brasília.

No entanto, permanece o desafio de manter o ER na grade curricular, como elemento normal do sistema de ensino. O parecer nº 30/96 do Senado Federal regulamenta o ER através do artigo 30,

acrescentando-se ao dispositivo constitucional (parágrafo 1º do artigo 210) a expressão "sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos".

Representantes de entidades religiosas e de coordenadores de ER acompanham a questão no Congresso Nacional, encaminhando argumentos para uma emenda supressiva da expressão "sem ônus para os cofres públicos", salvaguardando o direito do professor como profissional da educação, sem discriminação de qualquer tipo.

Na atual conjuntura do ER no Brasil, não podemos perder de vista a oportunidade de levar adiante o ideal de construir um projeto pedagógico global, que inclua o ER como disciplina normal do sistema escolar. Desta forma, este ensino estará a serviço da vida, da justiça, da esperança e da formação de homens e de mulheres portadores da paz. Isso supõe:

a) criação de mecanismos de participação, em vista do envolvimento da sociedade na discussão. Esta, por sua vez, necessita distinguir o que é próprio do ER na Escola, a partir da sua natureza e metodologia, e o que é peculiar ao ensino de religião ou catequese da comunidade de fé e até mesmo das manifestações ou expressões do credo ou da denominação a que pertence o cidadão. Sem a apropriação de um discurso com base numa linguagem comum ou compreensível entre as partes envolvidas na discussão, não é possível chegar à solução da problemática atual;

b) superação da concepção do ensino religioso como ensino da religião na escola, ou elemento eclesial no ambiente de educação escolar;

c) apropriação do discurso ou compreensão da linguagem adotada pelos grupos envolvidos, para maior clareza do que se pretende;

d) busca de consenso entre os grupos portadores de concepções diferentes;

e) estabelecimento de políticas educacionais coerentes com as aspirações e necessidades do povo brasileiro. Tal fato permitirá ao ER desempenhar sua função, se compreendido, assumido e efetivado com metodologia adequada à sua natureza, não mais como um apêndice do sistema educacional, mas integrado a esse projeto na sua globalidade.

CRONOLOGIA DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

- Período colonial
- 1ª fase (1500-1700) — O ensino religioso (ER) é parte dos acordos entre a Igreja Católica e o monarca de Portugal, e visa a "evangelização dos gentios".
- 2ª fase (1700-1800) — ER passa pela catequese dos indígenas e escravos, efetivada pela transmissão das sínteses doutrinárias. Instrumento colonizador.
- Período imperial (1824-1889) — Com a Monarquia Constitucional, Igreja é o principal respaldo ao poder estabelecido. No fim do século XIX, mentalidade de tolerância religiosa no Brasil se efetiva e insere-se no currículo o estudo das Sagradas Escrituras.
- Período republicano
- 1ª fase (1890-1930) — Define-se a separação entre Igreja e Estado. Constituição determina o ensino leigo ministrado nos estabelecimentos públicos. Várias interpretações sobre a lei levam ao aparecimento de duas correntes: uma é contra a inclusão do ER na escola, com ônus para os cofres públicos; e outra defende o direito do cidadão que frequenta a escola pública, aberta a todos, sem distinção de raça ou credo religioso.
- Revolução de 30 (período de transição) —

Getúlio Vargas assina decreto que admite o ER nas escolas da rede pública.

- 2ª fase e Estado Novo (de 1934/37 a 1945) Decreto de Vargas é incluído na Constituição e garante que o ER será de freqüência facultativa, "ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, e constituirá matéria nas escolas públicas (...)".
- 3ª fase (1946-1964) — Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961) introduz novos elementos sobre ER, restringindo seu espaço no sistema educacional, enfraquecendo o papel do Estado com tal conteúdo e recusando dar aos professores tratamento de profissionais do ensino.
- 4ª fase (1964-1984) — Com a Lei 5692/71, o ER passa a ser obrigatório, e dá ao aluno o direito de opção. Reflexão iniciada na década de 1970 gera um salto de qualidade na busca da identidade do ER, com distinção entre ER na escola e catequese na comunidade eclesial. Cram-se programas de formação de professor e curriculares em que aspectos antropológicos, sociológicos, pedagógicos e políticos são evidenciados, deixando para trás conteúdos doutrinários e práticas desvinculadas da experiência científica e cultural.

Anísia de Paulo Figueiredo integra as Comissões de Ensino Religioso da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e do Regional Leste II da CNBB e o Grupo de Reflexão sobre o Ensino Religioso — Setor de Educação da CNBB. Autora de "Ensino Religioso no Brasil — Tendências, conquistas, perspectivas" (Ed. Vozes).

Ensino religioso: um painel ecumênico

Desde que a discussão sobre o ensino religioso nas escolas públicas veio à tona, religiosos e intelectuais de diversas áreas tem-no colocado na ordem do dia. Contra? A favor? Depende? CONTEXTO PASTORAL entra no debate e oferece visões diferentes sobre o assunto

RELIGIÃO E ESCOLA PÚBLICA

Henry I. Sobel

Sou contra o ensino religioso nas escolas públicas. Categoricamente contra. Tal afirmação, vinda de um clérigo, pode parecer um disparate, um contra-senso, até uma heresia. É por isso que exige uma explicação.

Não há dúvida de que a educação religiosa é importante. Em nossa sociedade conturbada pela imoralidade e pela violência, instilar na mente das crianças a noção de Deus só pode trazer resultados positivos. A educação religiosa transmite valores éticos, dá à criança um estio moral em meio ao turbilhão da vida moderna, acrescenta uma dimensão espiritual à vivência humana.

Não há nada mais saudável para o desenvolvimento de uma criança do que ser conscientizada de que existe algo maior que o seu próprio eu. As metáforas bíblicas trazem valiosas lições existenciais. Dizer que "o homem foi criado à imagem de Deus" implica que cada ser humano é digno de respeito e consideração, pois ele traz dentro de si

uma centelha divina do Criador. Ao aprender que toda a raça humana provém de um único homem, Adão, a criança capta o conceito da igualdade entre todos os homens e aprende também a rejeitar qualquer idéia de superioridade racial. Os ensinamentos proféticos de compaixão para com os pobres e desprivilegiados incutem nela as noções básicas de justiça social.

Entretanto, a escola pública é um ambiente inapropriado para a instrução religiosa. Para que o ensino religioso pudesse cumprir seus objetivos, seria necessário que os professores fossem dotados de altíssimo grau de sensibilidade, discernimento e equilíbrio, a fim de não imporem, até mesmo subliminarmente, sua própria linha religiosa.

Se nós, que participamos ativamente do diálogo inter-religioso, levamos anos e anos para aprender quais os conceitos que são realmente comuns a todas as religiões e quais aqueles que são incompatíveis com os preceitos de um

determinado credo, como se pode esperar que um professor da rede pública — mal remunerado e mal preparado para lecionar as matérias normais do currículo escolar — consiga entender, por exemplo, que ensinar uma criança judia a seguir os exemplos de Jesus é contrariar os ensinamentos da fé judaica?

E, mesmo que um professor fosse capaz de apresentar o conceito de um ser superior no contexto mais objetivo possível, sem vinculá-lo a nenhuma religião específica, estaria desrespeitando o direito daquelas famílias que optam conscientemente por dar a seus filhos uma educação ateística ou agnóstica.

O artigo 210 da Constituição estipula que "o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental". A ressalva "de matrícula facultativa" não é de natureza tão democrática quanto possa parecer à primeira vista.

Ao tornar o ensino religioso obriga-

tório nas escolas públicas e permitir a alguns alunos não assistirem às aulas de religião, cria-se uma situação em que essas poucas crianças se sentirão estigmatizadas, "diferentes" das demais, justamente numa fase da vida em que é tão importante para a criança sentir-se plenamente integrada ao grupo.

O pluralismo religioso, étnico e cultural é um dos maiores tesouros do nosso país. É inadmissível que algumas crianças, por professarem um credo que não é o da maioria, sejam colocadas na incômoda posição de serem vistas — e se verem a si mesmas — como estrangeiras em sua própria pátria.

Para ser autenticamente democrática, uma nação não pode se limitar a atender aos interesses da maioria. É preciso que se preocupe igualmente em respeitar os direitos das minorias.

Henry I. Sobel preside o Rabinato da Congregação Israelita Paulista e coordena a Comissão Nacional de Diálogo Religioso Católico-Judaico.

UM ENSINO COMPATÍVEL COM A ESCOLA

Therezinha Motta Lima da Cruz

Vários episódios recentes avivaram a discussão sobre a conveniência do Ensino Religioso na escolas públicas. Escola não é Igreja, dizem uns. A dimensão religiosa é fundamental no ser humano, dizem outros. (...) Não me parece que se vá chegar a um acordo, a não ser que se mude a perspectiva: pensar no Ensino Religioso a partir das escolas, da educação em si, sem adjetivos. A pergunta fundamental é: que contribuição o Ensino Religioso pode dar à qualidade da educação?

Em primeiro lugar, escola é lugar de um processo permanente, que poderíamos chamar, num sentido bem amplo, de "alfabetização". A escola ensina a ler, não só textos escritos, cada vez mais complexos, mas o mundo em que vivemos; ela ensina a compreender o nosso ambiente, a "ecologia humana", na qual estamos todos envolvidos.

Não há dúvida de que para ler o nosso mundo temos que também saber ler

o fenômeno religioso. Religião é uma questão de fé, sem dúvida; mas é também uma questão de cultura.

Conhecemos povos sem escrita, sem uso de eletricidade, sem máquinas, sem escolas... mas não encontramos povos sem algum tipo de manifestação religiosa. A pergunta pelo transcendente é específica e indispensável para o ser humano. O ateu pode não chegar às mesmas respostas dos religiosos, mas alguma vez vai ter que fazer a si mesmo a pergunta sobre o sentido de estar vivo e de ter consciência disso. (...) Abrir um espaço na escola para tratar das diferentes maneiras que a humanidade tem encontrado para expressar sua busca religiosa é abrir espaço para compreender melhor a vida. E isso, sem dúvida, é fundamental para uma educação digna desse nome.

A religião também traz em seu bojo as relações humanas, os valores, a ética, tudo que transforma esse mundo

num lugar mais adequado para as pessoas viverem reconciliadas consigo mesmas e com os outros. Será que a escola não teria um espaço para preocupações tão essenciais? (...)

Diferentes religiões e denominações falam de salvação. Entendem-na transcendente, para além da história, mas também argumentam que a sua resposta pode ajudar a viver melhor aqui e agora, na medida em que transforma as relações humanas. São, também, propostas de resgate do que há de mais humano em nós. Salvar a pessoa humana é, na ótica religiosa, conciliá-la com Deus. Em outras palavras: ajudar a descobrir a arte de se realizar plenamente, de ser e fazer feliz. Será difícil perceber o que isso tem a ver com a "leitura do mundo" que é função da escola?

Os que combatem o Ensino Religioso têm um argumento fortemente realista: as religiões podem ter programas de amor e paz, mas historicamente bri-

garam (e brigam) entre si, disputam mercado, agrudem-se mutuamente em nome de sua verdade particular. (...) No entanto, um Ensino Religioso pensado a partir das necessidades da educação e da escola poderia ajudar a dissolver atitudes agressivas e preconceituosas, fanatismos perigosos para a sociedade e para a própria fé. (...) Mais uma vez o mundo nos diz que Jesus tinha razão: precisamos ser um para que o mundo creia. Ser um não significa pasteurizar as diferenças para produzir um conjunto homogêneo e amorfó. Significa dar testemunho de que é possível cultivar e amar a própria identidade do outro. Significa amar o diálogo, onde as diferenças não são ocultadas, mas fazem parte da contribuição que cada um tem para dar à conversa.

Therezinha Motta Lima da Cruz é membro da diretoria do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic). Trechos do artigo publicado em "Notícias do CONIC" (dez/95).

ENSINO INTERDISCIPLINAR E INTERCONFESIONAL

Paulo Evaristo Arns

Presidi a 18ª Assembléia Arquidiocesana Anual dos Professores de Ensino Religioso nas Escolas Públicas, em agosto do ano passado, com trezentos participantes.

Recebi significativo volume que registra vinte anos desse trabalho da Arquidiocese de São Paulo. Por isso, não só sou a favor, mas realizo essa dimensão indispensável na educação de nossas crianças e adolescentes.

Há pouco a Secretaria de Educação de São Paulo pesquisou, entre as famílias dos alunos, se desejavam ensino religioso na escola estatal. A resposta positiva foi de 80% das famílias. Por isso, a formação ética e espiritual é grande aspiração do nosso povo, que é profundamente religioso. Vejo aí a exigência democrática do ensino religioso.

Hoje também não se discute a exigência holística da pedagogia, que propõe a formação integral da pessoa humana. A pessoa deve ser trabalhada em todas as suas dimensões vitais, desde a dimensão física até a espiritual. Por isso, a experiência dos valores da justiça, verdade e amor nas relações sociais faz parte da formação humana.

O trabalho que realizamos nas escolas públicas se faz através de aulas ministradas sem proselitismo religioso, por professores capacitados pelo Erep — nossa comissão arquidiocesana para ensino religioso nas escolas públicas — e convictos de que a dimensão religiosa tem importância indispensável na construção de nossa gente.

Os professores são da rede pública e realizam o ensino religioso inteiramen-

te voluntário, respeitando o pluralismo religioso dentro da sala de aula. Procuram transmitir valores humanos e transcendentes, num processo pedagógico de interdisciplinaridade e interconfessional, em que a palavra de vida vem de textos sagrados e outros.

O eixo desse trabalho é a formação da consciência de nossas crianças e adolescentes. Para que tenham uma consciência crítica e não cretina no campo religioso. Esse ensino parte do conhecimento de si mesmo, como pessoa humana, valorizando sua condição de criatura mais perfeita da criação.

Respeitando o outro como seu semelhante. Conhecendo, amando e colaborando com a natureza, posta a seu serviço. Chegando assim a Deus, o Absoluto, autor da vida e harmonia que en-

contramos à nossa volta.

Assim, nossos professores de ensino religioso pretendem dar condições aos alunos de 1º e 2º graus para que valorizem um ser superior e façam uma escolha consciente de sua opção religiosa.

Por isso, não devem excluir ninguém dessa formação fundamental. Buscamos integrar a todos num clima de respeito, justiça e paz. Procuramos ajudar na descoberta do verdadeiro sentido da vida. Pois o nosso Deus é o Deus da vida. Fomos criados para viver e viver em todas as dimensões, inclusive a espiritual.

Dom Paulo Evaristo Arns é cardeal-arcebispo de São Paulo.

ENSINO RELIGIOSO: NA ESCOLA NÃO

Iyá Sandra Medeiros Epega

O Brasil, país multirracial, é tido por muitos como uma terra que tem uma visão religiosa ecumênica. Alguns brasileiros, inclusive sacerdotes, gostam de defender essa teoria, com inúmeros argumentos a favor.

Discordamos desse ecumenismo. Uma união interesseira de católicos e seitas cristãs não representa ecumenismo. E quando inclui (com interesses financeiros e não-religiosos) os judeus, torna-se então uma farsa completa.

Isso se reflete na nossa Constituição, que no Art. 210 reza que o ensino religioso facultativo constituirá disciplina das escolas públicas, dentro dos horários normais de ensino.

Com o advento da República, a separação entre Estado e Igreja ficou patenteada. O Estado brasileiro é laico. Não há por que subvencionar, ensinar ou abrir espaço ao ensino religioso em qualquer escola pública. Se existe lei, a lei é falha, portanto, eliminate-a.

À escola, é fadado o dever de ensinar tudo o que a criança necessita até que galgue ensinos maiores, espaços mais amplos. À escola cabe ensinar, à família cabe educar, e ao Templo, Igreja, Sinagoga, Terreiro, Centro Espírita, guiar as crianças e os jovens pelos mares da religião escolhida.

Utopia seria desejar, no ensino religioso, professor que, não remunerado pelo Estado (o Art. 19 proíbe que o governo subvençõe culto religioso, e o Art. 211, parágrafo 1º — fala do financiamento público à educação — refere-se ao ensino obrigatório e não ao facultativo), seja tão despojado que se disponha a ensinar religião por bel-prazer.

Como única opção restaria o ensino que viria da área confessional da Igreja Católica, das igrejas pentecostais e evangélicas, expondo a jovens e crianças o ensino religioso tão-somente cristão, intenção esta manifestada em documento a que tivemos acesso, vindo da CNBB e endereçado à dra. Rose Neubauer da Silva, Secretária de Educação do Estado de São Paulo.

Trechos como este que cito a seguir fazem com que nós, tradicionalistas, e outros de opções religiosas ditas minoritárias, estejamos, com razão, aborrecidos e apreensivos.

"Os bispos católicos do Estado de São Paulo concordam com o Ensino Religioso de caráter interconfessional no sentido de reunir as denominações religiosas para caminharem juntas. Não é de hoje que entidades como o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), e o Movimento Fraterno das Igrejas Cristãs (Mofic), na esfera estadual, no esforço de buscar a unidade, estão dispostos a executar programas comuns de Ensino Religioso. De nenhuma maneira aceitam realizar programa de orientação sincretista com posições doutrinárias fundamentais inconciliáveis".

Tendo em vista o trecho acima citado, nós Sacerdotes Tradicionais (Tradição de Orixá), Candomblecistas (Candomblé) e Umbandistas (Umbanda) do Estado de São Paulo, convidados a participar de uma Comissão de Estudos sobre Ensino Religioso nas Escolas Públicas, com a Comissão Especial da Secretaria da Educação, em conjunto com o Conselho de Participa-

ção e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, após inúmeros encontros que reuniram número expressivo de sacerdotes, seguidores e presidentes de federações, chegamos às seguintes conclusões:

- Somos contra o Ensino Religioso na Escola Pública;
- Sugerimos a não-instalação de Ensino Religioso vindo da área confessional de quaisquer religiões;
- Sugerimos escolha de professores atuantes no ensino público, que voltassem pelo prazo de um ano à Academia, para uma reciclagem. Que uma vez reciclados, ensinassem "Filosofia da Religião", matéria que contemplasse todas as religiões existentes no mundo, sem se aprofundar em dogmas religiosos, com visão múltipla e plurirreligiosa.
- Discordamos de serem os alunos de religiões não-cristãs "discriminados" em sala de aula, caso venha a ocorrer a utilização de professores da área confessional do catolicismo ou de seitas evangélicas.
- Sugerimos a nossos seguidores que, se o Estado não reciclar os seus professores para o ensino da Religião, proibam seus filhos de assistir a tais aulas;
- Se houver Ensino Religioso, queremos ser contemplados em igualdade de condições com outras religiões.

Gostaríamos que órgãos como o Conic e o Mofic e outros, representativos de religiões cristãs, verificassem que o Brasil é um país multirracial e plurirreligioso. Tão importante quanto não discriminar cor, raça e classe social é não discriminá-la religião.

Os pais que desejarem ensino reli-

gioso para os seus filhos poderão colocá-los em escolas particulares religiosas, que professem o culto de sua preferência. Porém, aos pais pobres, que não têm opção, resta tão-somente ter seus filhos em escolas estaduais. É absurdo desejar que sejam apenados por Ensino Religioso não desejado e imposto por "Lei".

O Estado remunera mal seus professores. Escolas existem que, entra ano, sai ano, os alunos mais ficam em casa, em função de greves por melhor remuneração, que vão à escola.

Há coisas mais importantes para o Estado se preocupar que com o Ensino Religioso. Há a alimentação da criança carente, a profissionalização do jovem, os meninos de rua, as melhores condições de vida, o ensino convencional, falho e parco, a saúde da população, a mortalidade infantil.

É por estas razões que não concordamos com Ensino Religioso nas escolas estaduais. Estas devem ser laicas como o Estado que representam. Que cada pai, cada mãe, cada sacerdote, assumam seus filhos e os jovens de sua área religiosa para ensiná-los. Na casa, no lar, no Templo, Igreja, Capela, Terreiro, Centro Espírita. Não na escola.

Possam os orixás nos proteger e nos dar sabedoria.

Iyá Sandra Medeiros, Epega/Iyalorixá do Ile Leulwyato é porta-voz da Comissão Afro-Brasileira para Assuntos de Ensino Religioso na Comissão Especial da Secretaria de Educação.

Educação religiosa escolar: ecumenismo em Santa Catarina

Lurdes Caron

Santa Catarina é um estado cuja população se caracteriza pelo predomínio da cultura europeia, portanto, marcada pelo substrato da cultura predominantemente cristã. Este fator contribuiu para vivências ecumênicas entre a população e para a implantação de um programa de Educação Religiosa Escolar (ERE) de caráter ecumônico nas escolas da rede pública estadual.

O Ensino Religioso, contemplado nas constituições e legislações estaduais a partir de 1935, vem se constituindo em uma verdadeira espiral, cuja evolução pode ser percebida através de diferentes etapas. De 1935 até 1969, caracteriza-se mais pela confessionalidade com predomínio da Igreja Católica. A partir de 1970, passa a ser denominado e entendido como Educação Religiosa Escolar, com programas de caráter ecumônico e com novos paradigmas de entendimento e prática.

Para coordenar a implantação, elaboração de programas e conteúdos e a formação dos professores de Educação Religiosa, foi organizado um grupo de trabalho, constituído por professores e representantes de igrejas cristãs. Esse grupo buscou integrar os objetivos educacionais do estado às aspirações de confissões religiosas e à vontade da comunidade catarinense.

A partir de então, foram desencadeadas pesquisas com o objetivo de identificar o universo de expressões religiosas dos educandos. Nas pesquisas, realizadas nas escolas de rede pública estadual, no período de 1973/74, ficou comprovado que 98,52% dos educandos de 1º e 2º graus denominavam-se cristãos. No ano de 1975, essa percentagem era de 97,58%. Em 1988, com nova pesquisa, dos 874.328 mil estudantes, constatou-se que 95% pertenciam a denominações religiosas cristãs.

Tendo em vista a implantação e a necessária atualização do currículo da ERE, com característica ecumônica, bem como a formação de professores, o Regional Sul IV da CNBB convidou diversas confissões religiosas interessadas em promover e articular esse trabalho. Em 5 de outubro de 1972 foi realizada, no salão da Igreja Presbiteriana do Brasil, em Florianópolis, a primeira Assembléia de Confissões Religiosas para Educação Religiosa. Nela se consolidou a criação do Conselho Interconfessional para Educação Religiosa,

hoje Conselho de Igrejas para Educação Religiosa (CIER).

Nos arquivos do CIER, não há registros de assembleias e reuniões com autoridades religiosas, anteriores a 1972. No entanto, tudo leva a crer que aconteceram, porque, desde 1970, foi constituída uma Comissão Mista para trabalhar nos programas e conteúdos de ERE. Estes programas foram aprovados e recomendados por autoridades religiosas representantes das Igrejas Católica, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Evangélica Luterana do Brasil e Presbiteriana do Brasil.

Hoje o CIER se compõe das seguintes igrejas: Católica Apostólica Romana; Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; Evangélica Luterana do Brasil; Presbiteriana do Brasil; Metodista; Evangélica da Assembléia de Deus; Presbiteriana Independente; Batista Independente; Convenção Batista Catarinense; Igreja do Evangelho Quadrangular; e Episcopal Anglicana do Brasil.

Sal, luz e fermento

O CIER, para melhor alcançar seus objetivos na busca de unidade entre as igrejas que o integram, estabeleceu fundamentos para sua sustentação, os quais expressam que ele é uma associação fraterna de igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como o Filho de Deus, Irmão, Senhor do Universo e Salvador, segundo as Escrituras. Procura viver a unidade entre igrejas para poder cumprir a sua vocação comum de ser: sal, luz e fermento.

Para o Conselho esta referência é o centro, o alvo e o sentido de toda a caminhada ecumônica. O CIER procura respeitar a diversidade, as tradições, as normas, os cultos e as interpretações teológicas das igrejas que representa e procura responder ao apelo de Jesus: "Pai, que todos sejam um". Neste sentido, faz da Bíblia o livro básico e de Jesus Cristo a meta e o testemunho de sua fé.

O CIER tem como princípios norteadores: buscar a unidade na diversidade naquilo que é fundamental para estar unidos; formar agentes envolvidos com a Educação Religiosa Escolar; fortalecer a Educação Religiosa Escolar em Santa Catarina; promover uma educação religiosa a partir da realidade socioeconômico-político-cultural-religiosa de Santa Catarina com vistas ao de-

senvolvimento integral do ser humano; e ampliar e aprofundar reflexão sobre a Educação Religiosa Escolar.

Ensino articulado com a vida

Mudanças provocadas pelo Plano Estadual de Educação e pelo Sistema Estadual de Ensino de 1969, no estado de Santa Catarina, contribuíram para que, a partir de 1970, fosse implantado, nas escolas públicas, um currículo de Educação Religiosa Escolar com características ecumênicas, compreendendo a formação do educando da Pré-Escola, 1º e 2º graus, cujos programas passaram a ser desenvolvidos de forma integrada e articulada com os demais componentes curriculares. Tais programas objetivam: um ensino articulado com a vida concreta do educando e não um estudo sobre a vida; um ensino religioso inserido nos horários escolares; um ensino dinâmico, progressivo e variado.

Buscar a unidade na diversidade é um dos princípios do CIER

Assim, a partir de 1970, as aulas de ERE seguiram um programa, que respeita as diversas expressões religiosas do educando e que propõe trilhar um caminho aberto, básico para todos os educandos, na constante busca do transcendente, facilitando a unidade, procurando excluir toda a forma de proselitismo.

Nos anos de 1994 e 1995, o programa foi reformulado e reelaborado. A nova tem como objetivo geral: possibilitar ao educando maior abertura e compromisso consigo mesmo, com o outro, com o mundo e com Deus, de forma reflexiva, transformadora e integrada ao contexto escolar, inserido na realidade social, econômica, política, cultural, religiosa e ambiental de Santa Catarina, que permita o seu desenvolvimento integral e a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Para desenvolver um programa de ERE de caráter ecumônico, necessariamente, exige-se constante e efetiva formação de professores. Este fato, foi e continua sendo um desafio para o CIER e para a SEE.

Santa Catarina até a presente data, ainda não tem um curso na área específ-

fica de ERE, que habilite o professor em nível de 3º grau. Enquanto não há, outra, alternativa de solução, o CIER, em articulação com a Secretaria da Educação e instituições de ensino superior estaduais e regionais, continua desenvolvendo cursos de aprofundamento para professores de ERE, de 360 e de 120 horas/aula. O currículo é elaborado de comum acordo entre as igrejas que integram o CIER e a própria SEE, o que garante que a questão ecumônica é contemplada.

Desafios

Pode-se dizer que a pluralidade é intrínseca à ERE e ao CIER e que nem todas as denominações religiosas que participam do CIER têm a mesma compreensão, interpretação e prática em relação à ERE e à vivência ecumônica.

Em Santa Catarina foi possível realizar trabalho ecumônico por meio da ERE. Essa experiência vivenciada através da ERE é um marco histórico e positivo que muito tem influenciado na formação global e na personalização de educandos e educadores catarinenses.

Para a continuidade do trabalho, permanecem os desafios de: ampliação de reflexão e práticas ecumênicas para além da ERE; atualização e renovação de práticas metodológicas de ERE, num profundo respeito à cultura religiosa do povo catarinense; efetiva formação de professores, inserida no contexto sociopolítico-cultural-religioso de Santa Catarina.

Em 29 de fevereiro de 1996, o Senado Federal votou o Projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Neste, ficou definido o ER "sem ônus para os cofres públicos". Esta tendência expressa desconhecimento de causa e nega expressivas experiências positivas de ER nas escolas públicas do Brasil, vivenciadas a partir dos anos de 1970.

Espera-se que, na Câmara Federal, os deputados levem em consideração o respeito à liberdade religiosa e o direito à formação integral do educando, contemplando a religiosidade própria da cultura do povo brasileiro.

Lurdes Caron, Irmã da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, é pedagoga e mestra em Teologia Prática. De 1982 a 1991, foi secretária executiva do CIER/SC, e desde 1995 assessora o setor de Ensino Religioso da CNBB.

Defendendo um ensino religioso interconfessional e ecumênico

Risoleta Moreira Boscardin

Associação Interconfessional de Educação de Curitiba (Assintec) nasceu em 1973, do sonho e da coragem de alguns padres e pastores, inspirados na grande esperança trazida pelo novo sopro do Espírito sobre o Concílio Vaticano II. O ensino religioso, como possibilidade de uma vivência na escola pública, é, sem dúvida, um jeito novo de se viverem nas relações do cotidiano valores esquecidos, presentes nas religiões e na vida do povo, muitos dos quais perderam sua força pelo desgaste da própria palavra, usada sem compromisso.

Num esforço conjunto experimentando como vivência no Centro Ecumônico de Curitiba por membros de diversas igrejas cristãs, se formou a Assintec como nova proposta: "Um ensino religioso interconfessional".

Nestes 22 anos de história a Assintec fez avanços significativos em sua prática pedagógica. Rompeu com uma tradição de "aula de religião" que durante quase cinco séculos predominou no Brasil. Tentou métodos diferentes no desejo de acertar. Inicialmente as aulas eram radiofonizadas. Na caminhada, os professores foram aos poucos assumindo o compromisso de educar a religiosidade dos seus alunos até que o rádio tornou-se dispensável. Cada professor, acompanhado-orientado pela equipe da Assintec, foi aos poucos adquirindo uma postura ecumônica aberta, a ponto de dar aulas de ensino religioso a todos os alunos presentes em sua classe, respeitando profundamente a diversidade cultural e religiosa deles.

O ensino religioso nas escolas do Paraná se oficializou com a celebração de um convênio de cooperação com as secretarias de Educação do Estado e do Município. O que começou só na capital em 1985 estendeu-se a todo o Estado regulamentado por Resolução Secretarial, que criou todos os Núcleos Regionais de Educação (NRE), os Serviços de Educação Religiosa (SER), assistidos e coordenados pela Assintec com a finalidade de implantar e implementar a educação religiosa em todas as escolas públicas dos núcleos do Paraná.

Como necessidade de legitimar o ensino religioso, cuja legalidade provinha de acordos entre as igrejas e o Estado, a Assintec encabeçou um movimento junto com outros estados por meio de abaixo-assinados para que o ensino religioso na escola pública fosse



O ensino religioso contribui para que professores e alunos descubram o sentido de sua vida e construam relações mais fraternas no convívio cotidiano

garantido pela Constituição Federal como um direito do cidadão a uma educação integral.

Outra mobilização se efetua para garantir o ensino religioso na Constituição do Estado, a partir de dois instrumentos de grande legitimidade:

- consulta à base mediante pesquisa, na qual 92% das 223.143 famílias em todo o Estado do Paraná manifestaram sua opinião a favor do ensino religioso nas escolas públicas;
 - consulta ecumônica às autoridades religiosas em julho de 1988. Representantes de 15 diferentes igrejas cristãs manifestaram-se a favor do ensino religioso interconfessional em Carta Aberta dirigida ao povo do Paraná.
- O ensino religioso é contemplado na Constituição do Estado do Paraná no artigo 183, capítulo II seção I, tendo assegurada a interconfessionalidade.

A proposta ecumônica da entidade

Sendo a escola pública brasileira um espaço aberto a todos e o ambiente onde se dá o processo do ensino religioso de modo formal e integrado ao sistema oficial de Ensino, não é possível pensar esse ensino religioso de outro modo que não o interconfessional-ecumônico.

Para estar em sintonia com nossa própria consciência ética, conhecendo o pluralismo cultural e religioso do povo brasileiro o qual se origina da mistura de raças, marcado por profundas diferenças sociais, econômicas, ideológicas e relações de poder, é necessário:

■ Respeitar nossa Carta Magna que reza: "É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma de Lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias" (Constituição Federal Capítulo I artigo 5, inciso VI).

■ Respeitar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU-1948) que estabelece no artigo 1º: "Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade".

■ Acolher e vivenciar o fundamento do substrato religioso bíblico que marca a cultura brasileira: "Proclamareis liberdade na terra a todos os seus moradores" (Levítico 25.10). "Se alguém disser 'amo a Deus' mas odeia seu irmão, é mentiroso. Porque aquele que não ama seu irmão, a quem vê, é incapaz de amar Deus, a quem não vê".

Assim sendo, o ensino religioso proposto pela Assintec integra o currículo escolar e se caracteriza como: "Processo de reflexão e/ou meditação que favorece a relação com o Sagrado, o Transcendente, dentro de uma formação pessoal e social, que busca a dimensão mais profunda do currículo escolar e das relações que se criam na escola, visando descobrir o sentido da vida, abrindo para uma dimensão de plenitude". (*Curriculum Básico para Escola Pública do Estado do Paraná — p.233.*)

O ensino religioso atua de forma sistemática com uma hora/aula semanal

no horário escolar. Tem uma metodologia própria apoiada no método dialético, tendo como referenciais básicos: a Bíblia Sagrada (versão hebraica-A.T.), a Constituição Federal Brasileira, os Direitos Humanos (ONU-1948), as Ciências, valores do senso comum contextualizados para o confronto das experiências, fatos, acontecimentos, realidades de vida analisados criticamente e refletidos pelos professores e alunos na busca da sua dimensão mais profunda como pauta da vida.

O conteúdo enfatiza a pessoa humana como um nó de relações:

- Relação consigo mesma pela auto-descoberta, autoconhecimento, busca da própria identidade (quem sou? de onde vim, para onde vou? para que existo?);
- Relação com as outras pessoas numa vivência solidária e fraterna, relação com o mundo, com a natureza, com o meio ambiente numa atitude de respeito e de cooperação;
- Relação com Deus, com o Sagrado — o Transcendente — numa atitude de abertura, disponibilidade, dependência e reverência.

Acreditamos que a religiosidade, ou seja, a fé natural é uma característica inerente ao ser humano, faz parte da própria estrutura antropológica, psíquica e espiritual e por isso não pode ser ignorada no processo da educação formal.

A importância do ensino religioso se confirma na mudança de atitudes de vida de professores e alunos, que, no encontro consigo mesmos, descobrem o sentido de sua vida, renovam suas esperanças, transformam as relações interpessoais "fechadas" em relações mais fraternas no convívio cotidiano.

Esse é o testemunho que nos tem sido dado em depoimentos orais e escritos de professores e alunos, de diferentes regiões do Paraná.

Estamos convencidos de que, mais do que nunca, o espaço da escola pública precisa ser respeitado por sua diversidade e não pode servir de campo de disputa entre as confissões religiosas, mas que o senso religioso dos alunos seja trabalhado independentemente de sua opção de fé.

Risoleta Moreira Boscardin é professora e especialista em Pedagogia para o Ensino Religioso. Integra a Assessoria Pedagógica da Equipe de Assintec em Curitiba (PR).

A libertação da lei

UMA LEITURA DE GÁLATAS 3 E ROMANOS 7

José Adriano Filho

Nas cartas do apóstolo Paulo encontramos uma interpretação da Lei (o Pentateuco ou todo o Antigo Testamento) que difere daquelas encontradas na sua época. Essas interpretações viam a Lei como o caminho para a justiça e a revelação de Deus que foi dada a Moisés como uma obra acabada: “A lei foi criada antes da fundação do mundo e tem validade eterna: é uma dádiva de Deus a Israel, a vida de Israel”; “a lei é o plano preexistente segundo o qual o mundo foi criado, e a divindade passa a eternidade a estudá-lo”. No judaísmo helenista a Lei se equiparava à sabedoria e era apresentada como “lei universalmente válida”. Sua universalidade prolongava-se até o passado e o seu desligamento da aliança permitia a sua racionalização e, até, a sua proclamação como “a filosofia suprema”.

Para Paulo, do ponto de vista histórico a Lei relaciona-se com a promessa e, do ponto de vista pessoal, com Cristo: por meio de Cristo Deus abriu um novo caminho para que o ser humano pudesse ser justificado diante de Deus. A cruz de Jesus proclama o fim da Lei, cujo tempo foi superado pelo tempo da fé: a graça de Deus que se fez acontecimento em Cristo consolida a promessa. Entretanto, mesmo que a Lei seja negada como caminho para alcançar a justiça, ela continua válida. Gálatas 3 e Romanos 7 são as passagens que melhor ilustram esse tema da teologia paulina.

Para que serve a Lei?

Ora, se a Lei como caminho para alcançar a justiça de Deus já não é mais viável, surge a pergunta: “Para que serve a Lei, então?” Trata-se de uma pergunta do próprio apóstolo Paulo. Ele precisava responder a ela, pois provinha de uma vida sob a lei: “Se bem que eu até poderia confiar na carne. Se algum outro julga poder confiar na carne, ainda mais eu: circuncidado ao oitavo dia, da linhagem de Israel, da tribo de Benjamim, hebreu de hebreus, quanto à lei fariseu; quanto ao zelo, persegui a igreja, quanto à justiça que há na lei, fui irrepreensível” (Filipenses 3.4-6).

Paulo responde a essa pergunta afirmando a precedência da “promessa” em relação à Lei. Esta, não é prioritária devido à sua secundariedade histórica, pois foi introduzida entre Adão e Cristo. A Lei, segundo Gálatas, tem um caráter de interposição e o seu caráter secundário deduz-se dela ser inserida temporalmente depois da promessa de Deus a Abraão. “E digo isto: Uma

aliança já anteriormente confirmada por Deus, a Lei, que veio quatrocentos e trinta anos depois, não a pode abrogar; de forma que venha a desfazer a promessa” (Gálatas 3.17a). A indagação: “É, porventura, a Lei contrária às promessas de Deus?” (Gálatas 3.21a), encontra-se esta seguinte resposta: “De modo nenhum. Porque se fosse promulgada uma lei que pudesse dar vida, a justiça, na verdade seria procedente da Lei” (Gálatas 3.21b). A lei não pode ser um contrapoder porque ela é só um *secundum*, mas as promessas de Deus têm e mantêm a preeminência.

Romanos 7, por sua vez, apresenta outros aspectos da Lei, além do que foi afirmado em Gálatas. A Lei é santa, espiritual e procede de Deus. É inatacável, mas o ser humano é vulnerável e confessa a si mesmo ser “carnal e vendido à escravidão do pecado”. Romanos 3.19-20 afirma que a Lei produz o conhecimento do pecado, provoca a ira de Deus e, como consequência, traz a morte.

Um pouco antes, a existência do cristão foi descrita como “não estando sob a lei, mas sob a graça” (Romanos 6.14). Trata-se de uma afirmação que corresponde a 7.1-6: “Já não estamos mais sob a Lei”. Romanos 7.7-25 dirige o seu olhar para trás e pergunta pela existência do ser humano que está sob a tutela da Lei. Trata-se de um olhar retrospectivo imprescindível porque o problema da Lei exige uma resposta. Pensando no seu passado sob a lei, Paulo fala como vivia naquela época. Romanos 7.7-25 afirma a impossibilidade da Lei como caminho da salvação e expressa como é a existência do ser humano que está sob o jugo da Lei.

Lei e pecado

Romanos 7.7-12 coloca as seguintes questões: Qual é a relação da Lei com o pecado? Com a ajuda da Lei o ser humano pode dominar o pecado? Deveremos lembrar que Romanos 3.20 já afirmara: “Pela Lei vem o conhecimento do pecado”. A Lei leva ao conhecimento do pecado. Esse é o seu limite. Romanos 7.7 afirma: “Sem a Lei não se chega a conhecer o pecado, à sua concretização”. O encontro com o pecado se dá quando pela primeira vez ele nasce como pecado e cresce em sua potencialidade. Sem a palavra da Lei “não cobiçarás” eu não conheceria a minha cobiça. O pecado consegue enganar e matar ao instrumentalizar o preceito da Lei despertando o seu contrário.

O pecado engana e mata, não se detém diante da Lei, projeta-se sobre ela, aproveita-a como motivo, ocasião e ponto de apoio: “Jamais eu teria vindo a conhecer a cobiça, senão pelo mandamento que diz: ‘Não cobiçarás’. O mandamento deu ao pecado uma base a partir da qual ela se lança ao ataque. Sem a Lei para mover-lo à vida, o pecado permaneceria adormecido, mas ao tornar-se ciente da Lei, o pecado manifestou-se e me matou. A Lei que foi dada para que o ser humano a guardasse e vivesse, acabou trazendo a morte e não a vida. Romanos 7.7-12 indica que o pecado comece a mostrar-se como pecado sobre a base da Lei: a Lei, que me foi dada para a vida conduziu-me à morte. Não foi a Lei que me trouxe para um estado de morte, pelo contrário, ela é boa e não poderia produzi-lo. Foi o pecado que agarrou a oportunidade que teve quando a Lei me mostrou o que era certo e o que era errado, sem me dar poder para fazer o primeiro e evitar o último. O pecado forçou-me contra o meu melhor juízo, a fazer o que a lei me mostrou que é errado, e assim me envolveu na condenação e na morte. É dessa forma que adquirimos consciência de quão contrário a Deus é o pecado.

Lei e morte

Romanos 7.13-25 mostra não o que se deseja fazer, mas sim o que se faz. Afirma que o ser humano não é dono da sua prática e é uma pessoa dividida. Compromete-se na Lei de Deus, mas a sua prática é diferente. Há duas leis: uma boa (a de Deus) e outra má (em mim). Esta é a situação do ser humano como pecador: “O pecado por meio de uma coisa boa causou-me a morte” (v.13). Ele é o sujeito atuante: “Já não sou eu quem faz, mas o pecado que habita em mim” (v.17); “Se faço o que não quero, então já não sou eu quem faz, mas o pecado que habita em mim” (v.20). O pecado domina: não sou mais senhor em minha própria casa: “O bem que quero fazer não o faço, mas o mal que não quero, esse faço” (v.19). Faço o contrário do que quero. O pecado que habita em mim coloca em cheque o meu eu: “Mas vejo em meus membros outra lei que, guerreando contra a lei da minha mente, me faz prisioneiro da lei do pecado...”(v.23). Há uma lei que age em meu corpo e luta contra aquilo que a minha mente aprova. Experimento em meus membros a divisão e não sou senhor da situação (v.24).

Com efeito, o agente ativo que au-

menta o pecado não é Deus, nem a lei, mas o próprio pecado. Mas, apesar de todo o poder do pecado, Romanos 7 mantém e defende a sua missão da Lei: desmascarar o pecado como algo extraordinariamente grande, de grande poder, que leva o ser humano à morte. A Lei, ao mostrar o pecado que se volta contra mim, me acusa e me condena, continua sendo instrumento de Deus. O confronto com ela é sinal da validade da sua missão.

Libertação da Lei

Para Romanos 7 não interessa a anulação da Lei. Não se pensa em marginalizá-la: Romanos 7 ataca o pecado, contempla o ser humano sob a Lei, a qual não tem poder para propiciar-lhe a liberdade. Encontramos aí um paralelo com Gálatas 3 em que o ser humano se encontra sob a tutela da Lei, a qual tinha a função de conduzi-lo a Cristo. Mas, como entender que Cristo é o fim da Lei? Ou seja, como conseguir a libertação da Lei?

Alcança-se a libertação da Lei por meio da morte. Na morte de Jesus Cristo a morte do ser humano já teve lugar. O acontecimento de Cristo é a chave que sustenta tal comparação, pois “o homem, em favor do qual Cristo morreu, pertence também a Cristo” (Romanos 7.1-6). A vinculação a Cristo anula a lei que se demonstra incapaz de fazer o que só Deus pode fazer na missão do seu Filho: acabar com o pecado e derrotar a marca característica do homem, a sua carne.

Romanos 8.3-4 retoma 7.7-25. Acentua o limite da lei quando diz que o ser humano se justifica somente pela fé... “prescindindo das obras da Lei”. Deus mesmo, diante da impotência da Lei, intervém e atua em favor do ser humano (Romanos 8.3). Cristo é o “fim da Lei”, ou seja, o caminho para alcançar uma vida de justiça, e o é de tal maneira que aqueles que viviam sob a Lei e não tinham saída, agora pertencem a Cristo. “Porque o fim da Lei é Cristo para a justiça de todo aquele que crê.” (Romanos 10.4). Desta nova vida, agora descrita como “vida no Espírito”, surgem novas possibilidades para o ser humano: “Porque a lei do Espírito da vida, em Cristo Jesus, te livrou da lei do pecado e da morte” (Romanos 8.2).

José Adriano Filho, presbiteriano, integra a equipe de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

Evangelicais e ecumênicos: aproximações numa caminhada complexa

Magali do Nascimento Cunha

O diálogo de diferentes é uma caminhada complexa. O ambiente religioso é o lugar mais difícil deste diálogo acontecer, pois todos têm alavancados atrás de si a revelação de Deus, o que torna o processo complicado. Daí o mundo religioso ter criado impossibilidades de diálogo". Estas palavras do pastor anglicano Robinson Cavalcanti parecem refletir a experiência de muitos grupos cristãos ao longo da história da Igreja no Brasil e no mundo, como por exemplo, aqueles ligados ao movimento evangélico e ao movimento ecumônico.

O primeiro, direcionado pelos rumos traçados pela Aliança Evangélica Mundial (organizada em 1923) e pelo Pacto de Lausanne (1974), tem como expressão forte no Brasil a Fraternidade Teológica Latino-Americana (FTL), fundada na década de 1970, e movimentos como o Evangélico Progressista (MEP). O segundo, que rumou nos ventos soprados pelo Conselho Mundial de Igrejas (fundado em 1948), expressa-se mais fortemente por intermédio dos Conselhos Latino-Americanos e Nacionais de Igrejas e entidades ecumênicas de serviço.

O que une esses dois grupos? Onde é que os caminhos distintos se cruzam ou se aproximam na busca da unidade dos cristãos e do serviço à construção do Reino de Deus? Na tentativa de responder a estas questões, uma iniciativa de Koinonia Presença Ecumônica e Serviço possibilitou um encontro inédito no Brasil: um seminário que reuniu lideranças representativas dos movimentos evangélico e ecumônico. O seminário denominado "Neoliberalismo e Missão — Desafios teológicos e pastorais ante a realidade brasileira" (São Paulo, 12 e 13 de abril), contou

com a presença de 32 pessoas de diferentes estados e denominações cristãs do Brasil. Além do objetivo de estabelecer uma aproximação entre os grupos, o seminário visava a reflexão sobre um tema que tem sido uma preocupação comum: o neoliberalismo e seus efeitos sobre a sociedade brasileira.

Em uma palavra introdutória, o pastor presbiteriano e coordenador de Koinonia, José Bittencourt Filho, refletiu o espírito da reunião: "Não se trata de um encontro diplomático, apesar de cada um ter sua história, seu vínculo institucional. Queremos um grupo de cristãos e cristãs preocupados com o que acontece com o seu povo; preocupados em refletir a vida".

Neoliberalismo e Missão

Os debates aconteceram a partir de quatro painéis, com reflexões lançadas por dois expositores, seguidas de reações de participantes representativos de cada um dos movimentos e debates gerais. O primeiro, "Implicações metodológicas", foi apresentado pelo pastor anglicano e coordenador do MEP, Robinson Cavalcanti, e pelo teólogo católico Jung Mo Sung. O segundo painel, "Implicações bíblico-teológicas", foi exposto pelo pastor luterano e presidente da FTL, Valdir Steuernagel, e pelo pastor e biblista luterano Milton Schwantes. "Implicações pastorais" foi o tema do terceiro painel que teve como expositores o pastor presbiteriano e coordenador da FTL setor Brasil, Ricardo Barbosa, e o pastor presbiteriano e coordenador de Koinonia, Zwinglio Dias. O último painel do seminário foi denominado "Sínteses das reflexões apresentadas" e foi apresentado por José Bittencourt Filho e pelo pastor da Igreja Cristã, Noé Stanley.

Alexandre Brasil



Ecumênicos e evangelicais dialogam sobre missão e neoliberalismo

Nos debates tornaram-se bastante nítidos os momentos de consenso e convergência e os de disenso, que marcam qualquer diálogo que vise aprofundar questões. A crítica aos modelos neoliberais e a reafirmação dos valores evangélicos de solidariedade, amor e misericórdia se destacaram entre os momentos de consenso. Na reflexão que desenvolveu, o pastor Ricardo Barbosa indicou: "Eu não sou pessimista sobre o momento em que vivemos, apesar da perplexidade diante dele. Mas é um momento de grande fertilidade na reflexão teológica".

Já a teologia e a hermenêutica bíblica revelaram pontos de divergências, sem comprometer, contudo, a riqueza do seminário. O leigo congregacional Jether Pereira Ramalho refletiu esse espírito: "Quando as linhas bíblicas e teológicas passaram a ser o elemento hegemônico dos debates, as diferenças apareceram com mais nitidez. Recordei o lema do movimento 'Vida e Trabalho', da década de 1930: 'o serviço une, a doutrina divide'. Considero o seminário um marco muito positivo no caminho da unidade dos cristãos, que se poderá consolidar mesmo com nuances diferentes de interpretação de alguns elementos da fé cristã".

Possibilidades futuras

Como síntese, foram apresentados vários aspectos, entre eles: a necessidade de ter a subjetividade como alvo da reflexão teológica; trazer para o discurso teológico a experiência de Deus no cotidiano; levar a sério o mundo pentecostal em todas as tentativas de diálogo; considerar a pluralidade em todos os seus nuances; identificar o caráter excluente do discurso teológico; elaborar um projeto pastoral que resgate práticas de contracultura; atentar para as situações-limite da existência huma-

na; e transformar o espaço pastoral num espaço de construção de esperança.

Numa avaliação final, a pastora presbiteriana Maria Luiza Rückert considerou "louvável a iniciativa de Koinonia em realizar um seminário que possibilitou um encontro/diálogo entre pessoas ligadas aos movimentos evangélico e ecumônico, com reflexões ricas e frutíferas". Para Maria Luiza, a experiência mereceria ser repetida com o estudo de outras temáticas.

O presidente da FTL, Valdir Steuernagel, vê "a possibilidade, a necessidade e o desafio de se encontrar como parte integrante e constitutiva da própria fé cristã". Para Steuernagel, "se este ensaio deveria ser aprofundado é um decisão a tomar, pois a validade e a legitimização da continuidade dessa conversa dependeriam de respostas a perguntas como: 'o encontro fortalece e desafia a caminhada de fé que é distintivamente cristã? O encontro ajuda a reconhecer e confessar distâncias desnecessárias e a caminhar em relação um ao outro? O encontro ajuda a sinilar a unidade na fé, tanto para a igreja como para a sociedade? O encontro nos desafia para o compromisso e exercício missionário?'".

Ao final do seminário, Koinonia sinalizou a disposição de promover novos diálogos em conjunto com FTL. As duas entidades comporão uma comissão que discutirá o assunto à luz de indicações como a do pastor Robinson Cavalcanti: "O neoliberalismo é apenas um motivo para um debate teológico saudável. Temos aqui nesta experiência um esforço histórico. Daí a necessidade e a possibilidade de que novas consultas venham a acontecer".

Magali do Nascimento Cunha é jornalista metodista e integra a equipe de Koinonia.

PARA APROFUNDAR O TEMA

CONTEXTO PASTORAL sempre procurou contribuir para reflexão sobre a busca de superação para os descaminhos da unidade evangélica brasileira e latino-americana. Como sugestão para quem deseja aprofundar o tema, estes são os textos já publicados:

"O novo rosto do movimento evangélico". Suplemento Debate do jornal Contexto Pastoral n. 10, de setembro/outubro de 1992.

"Caminhos e descaminhos da unidade evangélica". Suplemento Debate do jornal

Contexto Pastoral n. 26, de maio/junho de 1995.

"Mundo evangélico em diálogo: Ecumênicos e Evangelicais". Coletânea de textos. Setembro/95.

Para aprofundar os debates ecumênicos em torno do tema "Teologia e Economia", vale a pena ler o livro: "O sonho ecumônico: prefácio ao novo milênio", que traz reflexões e desafios para o ecumenismo brasileiro na virada do século. O livro está à disposição em Koinonia – Rua Santo Amaro, 129, Glória. O preço é R\$12,00.

Foi-se Ernesto

Juan Damián

À memória de Ernesto Barros Cardoso, líder ecumênico na área de liturgia

Foi-se Ernesto como um canto de brisas
E a gente não sabe se as notas dançam, soam ou brincam.
Foi-se como uma liturgia ao pôr-do-sol
e o sol não quer ir-se
e adormece sobre o travesseiro do horizonte
na casa do pai, da mãe, dos irmãos.
Foi-se como um menino a brincar
sabendo que a morte é de mentira
e brinca de esconde-esconde no parque
e mais atrás há árvores e mais árvores
e mais adiante sempre gente
sentindo a terra às costas
e o parque não termina
e sempre tem folhas, grama e sorrisos.
Foi-se ou não? Pergunta sábia,
se anda pela América e pelo Caribe,
oculta-se em tantas partes e em tanta gente
como o sacramento da alegria
com seu corpo magro como um mastro,
firme, ereto como um mastro,
pronto para incendiar-se
porque o Espírito sopra e lhe ensinou ser livre
como um mímico que ri de si mesmo.

Se choramos nada aprendemos dele.
Não o entendemos.
Ernesto permaneceu entre nós
como uma vida desfrutada
como um fruto suculento na boca.



Arquivo da família